



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE MATO
GROSSO DO SUL E A CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL – CEF

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL** com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **João Severiano de Almeida Netto**, brasileiro, servidor público federal, divorciado, portador da C.I n. 548.634 SSP/MS e do CPF n. 654.021.891-53 e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira .sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-lei 759, de 12.08.69, regida atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 6 473, de 05.06.2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 04, Lotes 3 e 4, neste ato representada por seu Superintendente Regional **Paulo Antunes de Siqueira**, RG 244.687 SSP/MS, CPF 368.498.711-53, tem justo e acordado celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA para a prestação dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos captados relativos à execução dos Encargos Trabalhistas da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA - Para efeito deste Acordo de Cooperação Técnica entende-se por:

- I - CLT - Consolidação das leis do Trabalho;
- II - Proponente - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o Tribunal;
- III- Encargos - custos relativos às obrigações trabalhistas devidos quando da demissão de funcionário contratado pela empresa e a serviço do Tribunal;
- IV - Conta Vinculada - Conta aberta em nome dos Proponentes de cada Contrato firmado, á ser utilizada exclusivamente para crédito dos recursos de provisão para encargos trabalhistas de funcionários;
- V - Usuário(s) - servidor (es) do Tribunal, e por ele formalmente indicado(s) em relação anexa a este Acordo (Anexo I), responsável(is) pela gestão dos contratos firmados, com autoridade para solicitar informações e ordenar movimentações da Conta Vinculada ao Contrato, *elou* com conhecimento das Senhas para consultas por meio do Internet Banking CAIXA.



DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente instrumento tem por objetivo regulamentar a prestação, pela CAIXA, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos creditados ao amparo da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Instrução Normativa nº. 02, de 30 de abril de 2008, bem como viabilizar o acesso do Tribunal aos saldos /e extratos das contas abertas e ordenar movimentações.

DOS PROCEDIMENTOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Para a consecução do objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica serão adotados os seguintes procedimentos:

- I - Para cada Contrato será aberta uma conta específica em nome do Proponente do Contrato;
- II - A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos de provisão para demissão de empregados, pagos aos Proponentes dos Contratos e será denominada Conta Vinculada;
- III - A movimentação dos recursos na Conta Vinculada será providenciada exclusivamente à ordem do Tribunal.

DO FLUXO OPERACIONAL

CLÁUSULA QUARTA - A abertura, captação e movimentação dos recursos se dará conforme o fluxo operacional a seguir:

- I - **Tribunal** firma o Contrato com os Proponentes;
- II- **Tribunal** encaminha os Proponentes à Agência 1310 PA TRIBUNAL DE JUSTIÇA/MS, munidos do Ofício, na forma do Anexo II do presente instrumento, que solicita a abertura da Conta Vinculada;
- III - **CAIXA** informa ao **Tribunal** o número da Conta Vinculada aberta;
- IV - **Tribunal** credita recursos, a título de provisão, nas Contas Vinculadas abertas e mantidas, exclusivamente nas agências da **CAIXA**;
- V - **Tribunal** solicita à **CAIXA** informações sobre saldo/extrato da Conta Vinculada, na forma do Anexo III, ou encaminha à **CAIXA**, Usuário autorizado a deter as senhas para consulta aos saldos/extratos da Conta Vinculada por meio do Internet Banking CAIXA, na qual figurará como procurador, conforme Anexo III munido da procuração expedida pelo Proponente;
- VI - **Tribunal** solicita à **CAIXA** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento;
- VII - **CAIXA** acata solicitação de fornecer as informações ou as senhas para consulta aos saldos/extratos da Conta Vinculada por meio do Internet Banking CAIXA e/ou solicitação de movimentação financeira nas contas vinculadas efetuada pelo **Tribunal** confirmando através de Ofício.

CLÁUSULA QUINTA - O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

- I - O acesso às Contas Vinculadas pelo **Tribunal** fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste



instrumento, formalizada pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de abertura das contas junto às agências da **CAIXA**;

II - Os recursos depositados nas Contas Vinculadas serão aplicados em Poupança, destinadas à pessoa jurídica privada, a uma taxa de juros de 1,5% ao trimestre, aplicada sobre os valores atualizados pela Taxa Referencial (TR), creditados na data de aniversário, sujeitos à tributação nos termos da legislação vigente. A partir data de 04/05/2012, conforme publicação da MP 567 de 03/05/2012, os depósitos (operação 022) são remunerados:

- a) Quando a taxa SELIC for maior do que 8,5% a.a., pelo índice de 0,01500000 de juros, ao trimestre; e
- b) Quando a taxa SELIC for igual ou inferior a 8,5% a.a, o índice passa a ser de 70% da SELIC.

DAS COMPETENCIAS E RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL

CLÁUSULA SEXTA - Ao **Tribunal** compete:

I - Definir o(s) cargo(s)/função(ões) dos Usuário(s) responsável(is) pela gestão dos contratos firmados, com autoridade para solicitar informações, e ordenar, movimentações da Conta Vinculada ao Contrato, bem como indicar o Usuário que terá acesso ao Internet Banking CAIXA para consulta aos saldos/extratos da Conta Vinculada;

II- Encaminhar os proponentes à Agência **1310 PA TRIBUNAL DE JUSTIÇA/MS**, munidos do Ofício que solicita a abertura da Conta Vinculada, orientando-os sobre a necessidade de entrega dos documentos solicitados pela CAIXA e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, para que o **TRIBUNAL** possa obter informações de seus saldos e extratos bem como solicitar movimentações financeiras;

III- Indicar, por meio do Ofício (Anexo II), qual o tipo de aplicação dos recursos da Conta Vinculada, entre aqueles mencionados na Cláusula Quinta, tipo esse que vigorará até o encerramento da conta, bem como o responsável pela solicitação formal da aplicação dos recursos, caso definido CDB ou fundo de investimento;

IV - Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes do mau uso ou da quebra de sigilo das informações percebidas ou das senhas dos seus representantes, devidamente cadastrados no internet Banking CAIXA, solicitando imediatamente à CAIXA a substituição.

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA CAIXA

CLÁUSULA SÉTIMA - A **CAIXA** compete:

I - Atender às solicitações do **Tribunal** encaminhadas por meio de Ofício, nos termos deste instrumento;

II- Abrir as Contas Vinculadas mediante a apresentação dos Proponentes com os devidos documentos;

III- Realizar as aplicações quando formalmente solicitadas;

IV – Fornecer a senha de consulta aos saldos e extratos da Conta Vinculada ao Usuário indicado pelo **Tribunal**, quando for o caso;

V – Manter A Ag.1310 PA Tribunal de Justiça/MS habilitado quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento; e;



VI - Informar ao **Tribunal** os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA OITAVA - as partes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA NONA - Este Acordo de Cooperação Técnica não aplica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Acordo de Cooperação Técnica terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado automaticamente, por conveniência das partes, exceto se houver manifestação expressa em contrário, nos termos da lei.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pelo Tribunal ou CONSELHO, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes a este Acordo serão feitos por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.



DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Aplicam-se à execução deste Acordo a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e as demais normas pertinentes.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os casos omissos *elou* situações contraditórias deste Acordo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos' mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato-Grosso do Sul.

E, assim, por estarem justos e acordados, os partícipes firmaram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Grande, 05 de Julho de 2013.

João Severiano de Almeida Netto
Diretor-Geral do TRE/MS

Paulo Antunes de Siqueira
Superintendente Regional do Mato Grosso do Sul
Caixa Econômica Federal